

PF apura corrupção com verba da Codevasf na gestão Bolsonaro

Corrupção bolsonarista, capítulo 6

Corromper eleição com dinheiro, assédio, violência e desinformação

Conrado Hübner Mendes

Professor de direito constitucional da USP e doutor em direito e ciência política e membro do observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC

Victor Nunes Leal, maior ministro da história do STF, escreveu "Coronelismo, Enxada e Voto", clássico de interpretação do Brasil. Militares não suportavam sua inteligência jurídica e seu desprezo à desigualdade armada. Foi selecionado por sargentos revoltosos em 1967 e aposentado na marra pelo AI-5 em 1968. O livro de Nunes Leal descreveu o sistema eleitoral corrompido da primeira República, fundado na barganha entre o poder privado local, do coronel, e o poder público central. Vitórias eleitorais dependiam da pobreza, da força bruta e do dinheiro. A representação política resultante, baseada no mando e na obediência, retroalimentava o sistema patrimonialista.

Eleições no Brasil tornaram-se gradualmente mais competitivas e democráticas a partir de 1988. Mas Jair Bolsonaro veio para resgatar nossa pré-modernidade eleitoral à máxima potência. Todos os seus atos na disputa eleitoral reativaram a tradição do consórcio entre poder privado rudimentar e um governo incivil e insumbido à lei. Com tecnologia do século 21. Andreas Schedler, especialista sobre autoritarismo eleitoral, descreve o "menu de manipulação" usado por autoritários. Entre outros coisas, eleições "justas elíves" precisam prevenir a intimidação do eleitor, a compra do voto e a tutela do processo. Além de proteger a capacidade de cidadãos conhecerem as alternativas.

O autocrata brasileiro rompe cada um desses pilares da alternância democrática. Primeiro, o Secretário de Estado do governo ferramenta de compra de voto de parlamentares venais. Até da oposição. Assim conseguiu aprovar reforma constitucional extravagante no seu conteúdo e no seu procedimento (PEC Kamikaze). Viou princípios de integridade eleitoral e do processo legislativo. Com o Auxílio Brasil, distribuiu feijão a quem tenta sobreviver, mas só até dezembro. E distribuiu para quem tem interesse de continuar onde está. O auxílio, justificado sob pretexto jurídico espúrio da "emergência", não serve para tirar ninguém da pobreza. Alimenta o pobre faminto sobrevivendo para votar. Não faz política pública, não constrói ponte para o desenvolvimento nem abre horizonte para que cada um escolha como viver. O miserável planjeia, quando muito, onde buscar comida no dia seguinte. O governo lhe oferece uma fila da sopa. Depois de dezembro, nem isso.

Segundo, Bolsonaro promoveu ataque diuturno às urnas, ao TSE e ao STF. Deslegitima a competição que ele venceu no passado e pretende disputar nesse ano. Não tem prova nem convicção sobre qualquer fraude, apenas medo de perder e interesse de continuar onde está. O assédio leva ao limite da resistência a guerra eleitoral. O TSE, diante da marginalidade serial, sequer teve força e coragem de concluir inquérito que apura ataque

às urnas. E prepara segurança de guerra para sobreviver, mais uma vez, ao 7 de setembro insuflado pelo candidato cuja elegibilidade segue de pé. O que dizer da ilicitude da reunião com embaixadores, onde avisou que eleição no Brasil não merece ser respeitada? Terceiro, fez campanha que customiza desinformação e ódio em disparos massivos por via digital. E ainda financiado por recurso não sabido nem declarado. Passou impune em 2018, não tem razão para fazer diferente em 2022. Dói seu incômodo com as modestas medidas tomadas por Telegram e Whatsapp para mitigar a prática. Bolsonaro nos empobreceu, derrubou PIB per capita de US\$9150 para US\$7500 e a renda média do brasileiro. Pobres pagam 200% a mais de imposto de renda em razão da simplificada de correção de tabela do IR. Extinguiu programa alimentar, 33 milhões de pessoas passam fome. Pandemia e guerra não explicam a magnitude da tragédia, mostram economistas. Bolsonaro nos embruteceu:

não bastasse a cultivada indiferença às mortes da pandemia, multiplicadas por omissão estatal, amou "maioria de bem" para lutar "contra o mal". O "bem" já está matando. Bolsonaro achou nosso li-berdade: todos os índices globais de erosão democrática destacam o Brasil no topo. Sem exceção. Mas o liberdicídio continua a ser defendido, veja só, em nome da liberdade. Não exatamente a sua liberdade, eleitor. O projeto de empobrecimento, embrutecimento e autocortagem seria, para muita gente, recompensado com o fim da corrupção. Como se corrupção diminuisse com aumento do PIBB, o Produto Interno do Brutalidade Brasileira. A corrupção está aí, vitaminada, remoçada. Continua essas eleições como nenhuma outra desde 88. Bolsonaro empobreceu o Brasil contra democracia e o autogoverno coletivo. Depende do dinheiro, da força bruta e da pobreza esse novo coronelismo. Como o velho. O papel das Forças Armadas na corrupção bolsonarista? Terá capítulo só seu.

DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEC. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Sócio oculto preso pela Polícia Federal teve reunião oficial com a Codevasf

Eduardo Costa representou a empreiteira Construservice em agenda com presidente da estatal

**Mateus Vargas e Flávio Ferreira**

BRASÍLIA E SÃO PAULO. Preso em operação da Polícia Federal nesta quarta-feira (20), o empresário Eduardo José Barros Costa representou a Construservice, empreiteira da qual é sócio oculto, em reunião oficial com o presidente da Codevasf, Marcelo Moreira. O empresário conhecido como "Eduardo Imperador" ou "Eduardo DP" é alvo de investigação sobre supostas fraudes em licitações feitas com o uso de empresas de fachada e sócios laranjas. Na agenda oficial de Moreira, há registro de uma audiência com "Eduardo Costa, Empresa Construservice". Esse encontro ocorreu na sede da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba) em 16 de dezembro de 2020. Turbada por bilhões de reais em emendas parlamentares, a Codevasf é uma estatal federal entregue pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) ao controle do centrão em troca de apoio político. Procurada pela Folha, a defesa de Eduardo Costa diz que a prisão dele é ilegal. A Construservice não se manifestou. Segundo representantes da estatal ouvidos em junho, o nome citado na agenda oficial é do sócio oculto da empreiteira, preso nesta quarta-feira no PF. Em maio, a Codevasf não quis confirmar à Folha quem seriam os participantes do encontro e afirmou apenas que



Policiais federais em frente a superintendência regional da Codevasf no Maranhão. Divulgação Polícia Federal

esse tipo de conversa trata de "temas de interesse institucional e de projetos". No mês seguinte, via Lei de Acesso à Informação, a companhia também não informou quem esteve com Moreira e afirmou que as catracas da estatal "estão obsoletas" e não guardam adequadamente os registros de entrada e saída. A empresa é vice-líder em licitações na Codevasf e se valeu de laranjas para participar de concorrências públicas na gestão do presidente Bolsonaro, como mostrou a Folha. Depois dos questionamentos da reportagem em maio, a Codevasf passou a avaliar se os supostos representantes das

empresas que pedem reuniões na estatal também constam no quadro societário ou em documentos oficiais, dizem integrantes da companhia. A ideia é evitar novos encontros com sócios ocultos. Costa não aparece nos registros da Construservice. Mas em pelo menos uma ação trabalhista de Justiça do Maranhão o reconhece como sócio de fato da construtora. A operação desta quarta-feira foi batizada de Odoacro e apura, segundo a PF, a existência de um "engenheiro esquecido de lavagem de dinheiro, perpetrado a partir do desvio do dinheiro público proveniente de procedimentos licitatórios fraudulentos".

A polícia afirma que o esquema criminoso, que se valia de pessoas interpostas e empresas de fachada, cresceu exponencialmente após 2015, quando a Polícia Civil maranhense já havia investigado uma associação criminosa na cidade de Dom Pedro. "Descobriu-se que são constituídas pessoas jurídicas de fachada, pertencentes formalmente a pessoas interpostas, e faticamente ao líder dessa associação criminosa, para competir entre si, com o fim de sempre se sagrar vencedora das licitações e empresa principal do grupo, a qual possui vultosos contratos com a Codevasf", diz a Polícia Federal. Todos os contratos da Construservice com o governo federal foram firmados após 2019, ou seja, no governo Bolsonaro. A empresa também só recebeu recursos federais na atual gestão, segundo dados do Portal da Transparência. Desde 2019, o governo já reservou para a empreiteira ao menos R\$166 milhões, tendo desembolsado R\$14 milhões disso até agora. As duas pessoas registradas oficialmente como donas da empresa são as mesmas que, em 2015, foram ouvidas em uma investigação policial e admitiram que foram chamadas para constar formalmente como sócias na construtora, embora não mantivessem nenhuma ligação pessoal ou

empresarial entre elas. Segundo apurações da Polícia Civil do Ministério Público do Maranhão, Costa é suspeito de comandar uma quadrilha responsável por crimes em mais de 40 municípios do estado, pelo menos de 2009 a 2022, entre eles desvios de recursos federais do Ministério da Educação. Costa é réu em ações nas Justiças Estadual e Federal que tratam dos supostos desvios e atos de corrupção e chegou a ser preso nas ações policiais relacionadas a esses casos. Segundo a PF, o "líder" do grupo alvo da ação desta quarta-feira colocava empresas em nome de terceiros e utilizava contas bancárias em nome de CPFs falsos para dificultar a atuação dos órgãos fiscalizadores. O nome Odoacro faz referência a sobrenome do soldado italiano que capitaneou uma revolta que colocou fim ao Império Romano. A Polícia Federal cumpriu nesta quarta-feira 16 mandados de busca e um de prisão durante a operação. Agentes já apreenderam cerca de R\$1,3 milhão em dinheiro nas buscas, além de itens luxuosos, como relógios importados. A defesa de Eduardo Costa afirma que a prisão dele é ilegal e desnecessária. Segundo os advogados, "tudo o que há nos autos do inquérito policial em curso é fruto apenas do início da investigação e da visão unilateral da Polícia e do Ministério Público sobre os fatos" e que Costa "nunca sequer foi notificado para falar, apresentar documentos e/ou quaisquer outras manifestações defensivas". "A partir de agora, [Costa] colabora com a investigação — que corre em segredo de justiça — esperando ter a oportunidade de prestar os devidos esclarecimentos, com os quais demonstrará sua inocência", completa a defesa.

Emendoduto de empresa pública sob Bolsonaro tem aval do TCU

**ANÁLISE**

SÃO PAULO. A nova lei de licitações entrou em vigor em 2021 com aprimoramentos no sentido de evitar a corrupção e aumentar a eficiência e a transparência. Do ponto de vista estritamente legal, ela não se aplica às estatais, mas bem que seu espírito poderia ter contagiado os ministros do TCU (Tribunal de Contas da Uni-

ão) responsáveis pela análise de casos de pavimentação da empresa pública Codevasf. Nesta quarta (20), o PF cumpre mandados de busca e um de prisão em uma investigação que mira fraudes em licitações e desvios de verbas na estatal. A ação é realizada em cidades do Maranhão. Em 2021, os ministros do TCU deram aval para uma manobra licitatória disseminada

pela Codevasf no governo Bolsonaro com o objetivo assumido de permitir o escoamento de verbas de emendas parlamentares por meio de parlamentos da estatal. Nas palavras do ministro Augusto Sherman, o mecanismo da Codevasf "inverte a lógica clássica" das concorrências de engenharia. Segundo o novo sistema, para licitar não é preciso sa-

ber o local exato e nem ter um projeto específico para a obra, basta usar modelos e dados fictícios que valem para estudos inteiros. A decisão dos ministros contrariou a área técnica do próprio tribunal, que vislumbrou as brechas para a prática de irregularidades. Um ano depois, porém, pareceu que a ficha tinha caído para o TCU. Em maio, o tribunal mandou a Codevasf sus-

pender as obras, após a estatal reconhecer que os padrões das emendas escolhiam até os tipos de asfalto a serem aplicados em seus rodovias. Mas não demorou muito para o TCU recuar. Há cerca de um mês, o tribunal revogou a suspensão, ao acatar a alegação da Codevasf de que a estatal havia aperfeiçoado os regras do sistema. A decisão permite que o

emendoduto da Codevasf produza efeitos como nunca em centenas de cidades durante o período eleitoral. Como o TCU mantém sua postura de benevolência em relação à manobra, o Ministério Público e a Polícia Federal e a Justiça Eleitoral assumiram essa pauta. A operação da Polícia Federal nesta quarta-feira já é uma mostra disso. PF

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 6